



ACÓRDÃO Nº 1063/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10832/2015.

Apensos: Processo nº 11135/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Rosineide Aguiar Coelho (Ordenador de Despesa), Ronaldo Dias Pereira (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 207/2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Multa. Irregularidade. Alcance. Ciência. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da **Sra. Rosineide Aguiar Coelho**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao período de janeiro a março/2014, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Rosineide Aguiar Coelho no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 308, I, a, da Resolução 04/2002, por inobservância de prazos legais, referente ao item II.2 transcrito na fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



ACÓRDÃO Nº 1063/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Ronaldo Dias Pereira**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao período de abril a dezembro 2014, nos termos do art. 22, III, "b" e "c", da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, "b" e "c", da Resolução 04/2002-TCE/AM;

10.4. Considerar em Alcance o **Sr. Ronaldo Dias Pereira** no valor de **R\$ 6.025,52** (seis mil vinte cinco reais e cinquenta e dois centavos), nos moldes do art. 305 da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, face às irregularidades atentatórias à incolumidade do erário verificadas na instrução e transcritas na fundamentação do Voto (itens I - 7.1.3.1, I - 7.1.3.2 e III - 6), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos no prazo de 30 (trinta) dias.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Aplicar Multa ao **Sr. Ronaldo Dias Pereira** no valor de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), nos termos do art. 308, I, a, da Resolução 04/2002, por inobservância de prazos legais, referentes à remessa dos demonstrativos contábeis de fevereiro a dezembro de 2014, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº 1063/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.6. Dar ciência à Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos das impropriedades constantes destes autos, remetendo-lhe cópias das manifestações das Unidades Técnicas e Parecer Ministerial, determinando o cumprimento das Recomendações listadas nas referidas peças técnicas;

10.7. Determinar o encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º, da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral